

A DESCENDÊNCIA DOS ÍNDIOS DA BORBOLETA E PROBLEMAS DE TERRAS INDÍGENAS *

"... a dificuldade da vida espalhou tudo a gente" (Cf. Tereza Mello Padilha/1987).

1. Um grupo de indígenas, possivelmente de Kaingang, vivia na área conhecida a partir de inícios do século passado, como Borboleta, mais precisamente, Fazenda Borboleta, situando-se esta em terras do antigo município de Soledade e atual município de Espumoso/RS. É a descendência desta comunidade que hoje reivindica não só a identidade indígena e reconhecimento como tal, mas também os direitos territoriais que lhes são garantidos em decorrência de sua situação étnica e histórica.

A área da Borboleta, localizada na Serra do Botucaraí, foi ocupada em épocas anteriores pelos indígenas das Missões Guaraníticas, que ali exploravam um vasto e produtivo erval nativo, ao qual tinham acesso por via terrestre (Cf. PORTO, 1954). Em inícios do século passado havia no local uma aldeia indígena mas suas terras foram arbitrariamente incluídas no total destinado como sesmaria ao Tte. Cel. Antônio José de Mello Bravo, que ali se instalou e formou a Fazenda Borboleta. Segundo Hemetério Velloso o referido Tte. Cel. já se encontrava instalado nas terras indígenas antes de 1809, pois neste ano ele por lá passou e com o Tte. Cel. Bravo travou conhecimento (Cf. SILVEIRA, 1909: 309).

* Informação Técnica nº 171. Coordenadoria de Terras Indígenas/SG/MIRAD. Brasília. De autoria de Lígia Terezinha Lopes Simonian. 14/08/87.

A área em questão é também referida como situada no interior do Campo Comprido, área de pastagens nativas, as quais vieram a dar razão à formação de imensas e inúmeras fazendas de criação de gado na região, desde inícios do século passado. Os ervais nativos também abundavam na região, assim como matas formadas basicamente por araucária. A exploração dos ervais pelos índios da Borboleta inclusive serviu para vulgarizar sua identificação como "os índios erveiros".

Sendo Kaingang os índios da Borboleta certamente ocupavam as áreas de mata, mas junto às áreas de campo, como o faziam em Campo do Meio, Mato Castelhana, Nonoai e em tantas outras áreas ocupadas por esta nação até meados do século passado. Mas pelo que consta a formação de sesmarias no interior do antigo município de Soledade não respeitou não só os direitos territoriais dos indígenas que ali viviam, mas também um princípio consuetudinário que em geral prevalecia na definição de uma área de sesmaria, qual seja o de que a mesma só abrangeria glebas de campos (Cf. FRANCO, 1975:26).

A ocupação indígena de toda a região compreendida pelo território do antigo município de Soledade e adjacências constituía-se em realidade inquestionável ao final do século XVIII. A expedição do Capitão José de Saldanha, efetivada a partir de Rio Pardo em 1798 noticia uma tal realidade. Em relatório datado de Rio Pardo, em 28 de maio de 1798, Saldanha assim se expressa sobre a referida região: "As primeiras seis léguas e meia dos campos de cima da serra, pode-se dizer que são à margem de um beco, ou canudo de montes entre duas serras, e estas povoadas de Bugres ou Tupis; o que se deixa bem conhecer pelos roçados antigos, que têm nas pontas de algumas restingas de mato, onde estas fazem estreitos,

ou boqueirões; e por várias covas circulares que se encontram sobre algumas coxilhas, o que, segundo consta, lhe serve como de trincheiras para as suas pelejas" (Cf. SALDANHA apud FRANCO, 1975: 18).

Em 1810 foi determinada a abertura da "picada de Butucarai", empreendimento que certamente se constituiu como fundamental no processo de ocupação da região por neo-brasileiros (Idem, ibidem). É no decorrer deste trabalho que os expedicionários destruíram um toldo indígena, precisamente nas cabeceiras do rio Botucarai. Na oportunidade os comandados do Capitão José Machado da Silveira além de destruir um toldo indígena aprisionaram sete crianças de até onze anos de idade e, combateram com violência os indígenas (Cf. FRANCO, 1975: 20). Combates tiveram seguimento na região, na medida em que avançavam na abertura da picada. Junto ao arroio Lagoão e ao rio Jacuizinho o Cabo Vicente Nunes voltou a se encontrar com índios e a batê-los (Idem, pg. 21).

Consta que estes indígenas foram atingidos pela catequese promovida pelos jesuítas, em meados do século passado. É Teschauer quem documenta a passagem dos missionários junto aos índios da Serra de Botucarai. Este autor faz referência aos ervais ali localizados e aos efeitos da catequese para a efetiva ocupação da área pela frente pastoril que ali chegava (Cf. TESCHAUER apud JACQUES, 1912: 97).

Neste processo violento de ocupação da região abrangida pelo município de Soledade, parte dos indígenas foi empurrada para o Norte e parte foi trucidada nos combates. No entanto, alguns grupos ou aldeias dispersas conseguiram permanecer por algum tempo na região e, mais precisamente, embrenhados nas matas. É certamente destes grupos que os indíge

nas da área Borboleta, localizada no Campo Comprido e junto à Serra dos Engenhos, descendem. Pelo menos é esta a situação conforme representada na memória social dos indígenas que hoje vivem na periferia de Cruz Alta (em sua maioria), de Porto Alegre e de São Leopoldo.

Pelas genealogias levantadas em trabalho de campo, embora ainda não possam ser consideradas como definitivas, destacam-se vários indígenas como as bases genéticas dos descendentes dos indígenas que ocupavam o Campo Comprido e a aldeia sobre a qual a fazenda Borboleta foi instalada. São eles: Maria José Veloso de Linhares, a qual esposou Alexandre Mello, filho do Tte. Cel. Bravo; e os irmãos de Maria José; Alexandre - que era o cacique do Toldo da Borboleta; Estevão - que deixou grande descendência com a índia Maria; Joana - que faleceu aos 115 anos, na cidade de Cruz Alta; e Basília - que casou com Manuel Calixto e teve grande descendência. Em período anterior à Guerra do Paraguai, uma viúva Kaingang proveniente do Toldo Tiririca (localizado na Colônia do Tigre)¹, refugiou-se no Toldo da Borboleta, após o falecimento de seu marido, com seus 23 filhos que chegaram transportados em cargueiros e mulas. Hoje, 2, destes 23, são mais conhecidos: Albino e Ernesto Padilha. Os demais (Dina, Soledade, Filisbino, etc.) possuem descendentes na região. Albino Padilha, em seu retorno da Guerra do Paraguai, trouxe junto a baiana de nome Amélia. Um de seus filhos Augusto Padilha (que esposou, na Borboleta, a índia Maria da Glória Veloso Ribeiro, natural deste Toldo, e com quem teve 8 filhos) inclusive foi assassinado por Jorge Caetano (criado por um fazendeiro) há uns 60

1. Situado no então "Município de Santa Cruz do Sul", "ao sul do rio Caixão", provavelmente o atual Arroio do Tigre, segundo os depoimentos indígenas.

e poucos anos atrás, e consta que teria sido por motivo de terra, pois os indígenas de então começavam a tentar reivindicar direitos territoriais². Sua descendência vive hoje na periferia de Cruz Alta (Bairro Santo Antonio, Vila Tripa, Marcelo, Sol, Fátima, Charqueada, etc). Já o casal Maria José Veloso de Linhares e Alexandre Mello também teve grande descendência, a saber, são seus filhos Frêdolino, Celina, Tereza, Estácio e Calorinda. Com o falecimento de Maria José, seus filhos foram criados por sua irmã Joana, em conjunto com Alexandre. Tereza era a mãe de Almerinda Mello, sendo esta, atualmente, uma incentivadora da luta pela terra, que os indígenas tentam recomeçar. Os indígenas atuais, descendentes destas duas grandes famílias, ou "troncos antigos", reconhecem todos seus antepassados como sendo Kaingang.

Até o momento já se pode computar um total de 86 famílias indígenas descendentes dos índios da Borboleta, e um total de 418 pessoas, mas se sabe que inúmeras famílias ainda não foram localizadas e catalogadas. A luta pela reconquista da terra vem sendo liderada pelos filhos de Almerinda Mello, antes referida e, especialmente por seu filho, João Carlos Padilha. Mas todos os indígenas até agora contatados tem demonstrado um grande interesse por um retorno às terras de seus ancestrais, localizadas em área do atual município de Espumoso, pois em sua grande maioria viveram até muito recentemente como agregados em Fazendas do interior de Espumoso e de Fortaleza dos Valos, se identificando, portanto, com o meio rural.

A trajetória destes indígenas, de fato, desde a época em que viveram no interior do município de Espumoso,

2. Os dados sobre Maria da Glória V. Ribeiro e Augusto Padilha foram levantados por VENZON, 1987.

é típica dos milhares de expropriados existentes no país, quer sejam eles indígenas ou não. Sabe-se, por exemplo, que a casa de Alexandre Mello foi queimada no Campo Comprido, junto a área indígena que depois foi transformada em parte, na Fazenda Borboleta. De lá se obrigaram a sair mas permaneceram perambulando pelas áreas próximas, sempre na situação de agregados. Mas segundo Almerindo Mello, sempre que tentavam ampliar seus roçados, eram expulsos das terras que ocupavam. Os filhos de Almerinda Mello nasceram na Serrados Engenhos e lá foram criados. Depois também viveram na costa do Jacuizinho, em terras de um tal Antonio Lisboa, de onde também foram obrigados a se retirar. É esta praticamente a história de todos os atuais indígenas em questão. Em geral, tendo sido definitivamente expulsos do campo, muitos passaram por Fortaleza dos Valos, antes de se localizar em Cruz Alta, onde em sua maioria vivem.

Em sua luta pela sobrevivência os indígenas descendentes dos índios da Borboleta já tentaram várias alternativas. Em passado não tão remoto eles tentaram reaver o espólio do Tte. Cel. Antônio José de Mello Bravo, mas não tiveram sucesso no empreendimento. Alguns buscaram terras junto ao INCRA, de forma individual, mas também não foram beneficiados com terra no próprio Estado. Uma família inclusive chegou a se deslocar para Roraima, onde fora contemplada com um lote pelo INCRA, mas retornou, por falta de apoio e condições de efetivar a produção. Em tais condições estes indígenas não tiveram outra alternativa a não ser a de se deslocar para a cidade, em busca de empregos que não exigem qualificação, para poderem sobreviver. É, é neste contexto que eles voltam a tentar se organizar, na expectativa de virem a ter uma área

demarcada em Campo Comprido, município de Espumoso. A criação de um grupo de trabalho pela FUNAI, para a identificação e delimitação de tal área, que a priori pode ser identificada como Área Indígena Borboleta, se coloca como fundamental e, é o que, no momento, os indígenas estão a reivindicar.

2. No discurso dos indígenas se pode detectar todo um conhecimento não só sobre a história do grupo mas também sobre as experiências culturais passadas e hoje em total desuso, devido à condição de moradores de periferia urbana. Nos relatos recolhidos se pode perceber dois tipos bem diferenciados de dados - um que diz respeito à ancestralidade indígena e outro que faz referência à descendência do fazendeiro Tte. Cel. Antônio José de Mello Bravo, à sua descendência de parte do filho Alexandre, à sua experiência histórica, social e cultural na região.

No que se refere à ancestralidade e cultura indígena os atuais indígenas falam dos Kaingang antigos, dos indígenas integrantes dos troncos familiares antigos, conseguem traçar genealogias que chegam aos indígenas moradores do Campo Comprido e do toldo localizado no Tiririca. Eles também fornecem elementos sobre a cultura, mais precisamente sobre as aldeias, a construção de casas de sapé e barro batido e também sobre usos e costumes em relação aos produtos e técnicas de preparo de alimentos. Fala-se na intensa utilização da mata, quer como fornecedora de frutos, e em especial do pinhão e da erva-mate. Do pinhão até muito recentemente se produzia a farinha para o preparo de bolos e mingaus, com o auxílio de pilões e de fornos. Fala-se também do domínio que tinham em relação ao corte e produção da erva-mate. Fala-se também da caça, abundante ainda num tempo bem recente,

e de fundamental importância na dieta das famílias. O pixé, tipo de farinha de milho preparada em pilão e torrada também era de utilização até muito recentemente por estes indígenas. A produção de cestaria (cestos, balaios, esteiras e peneiras) também era realizada até o momento em que se viram forçados a migrar para a cidade.

Já no que diz respeito aos informes sobre a presença do Tte. Cel. Antônio José de Mello Bravo na ancestralidade e modus vivendi do grupo, observa-se muitas contradições, mas há um fio condutor, que inclusive demonstra um conhecimento de história bastante preciso. No caso, os indígenas falam muito da participação do Tte. Cel. Bravo na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai, o que inclusive tem sido documentado por ensaístas (Cf. FRANCO, 1975: 38/39 e SILVEIRA, 1909:309). Os indígenas também falam das indisposições do Tte. Cel. Bravo com o poder local, o que também foi documentado (Cf. FRANCO, 1975: 66), assim como sobre o fato de o mesmo ter sido analfabeto, contando com um carimbo para assinatura de documentos e mantendo um secretário particular (Cf. SILVEIRA, 1909: 309).

O fato de Antônio José de Mello Bravo não ter garantido as terras para sua descendência é um ponto bastante criticado pelos atuais indígenas, os quais dizem que seria o mínimo que poderia ter feito por sua gente. Alguns afirmam que toda sua documentação foi enterrada com ele próprio, outros afirmam que os documentos da terra da Borboleta foram queimados por ação criminosa. Eles dizem ainda que o Tte. Cel. Bravo era "recalcado da guerra", assim como seu filho Alexandre Mello, ao qual muitos conheceram e que faleceu na última década de cinquenta. Este inclusive chegou a receber

um "soldo", segundo dizem, como indenização por sua participação na Guerra do Paraguai. Mas depois de alguns anos o "soldo" foi "cassado", sendo que alguns afirmam que o mesmo foi, de fato, "roubado" por um comerciante, que teria continuado a fazer o recebimento. Há também uma versão que diz que o "soldo" recebido por Alexandre Mello era uma pensão deixada pelo seu pai, o Tte. Cel. Bravo.

A Considerar o exposto em relação aos relatos a cerca do ancestral Tte. Cel. Bravo fica difícil detectar se, de fato, o mesmo e/ou descendentes foram expulsos ou, se os mais antigos venderam as terras. Neste sentido também há informações, especialmente segundo alegações de atuais ocupantes das áreas em questão. Como elo de ligação com tal realidade os indígenas mantinham em seu poder, até recentemente, o já referido carimbo do Tte. Cel. Bravo, o qual além de simbolizar a relação existente era de fato um sinal diacrítico preciso. Este carimbo foi deixado pela família de Almerinda Mello em Roraima, quando lá esteve em projeto do INCRA. Por motivos de doença tiveram que se deslocar à Boa Vista e, sendo a época das chuvas, não puderam retornar ao local quando decidiram voltar ao Sul. Hoje esta família está tentando reaver o carimbo, estando no momento realizando contatos com pessoas de Roraima com tal objetivo.

Alguns indígenas também tentaram contatos com uma unidade do Exército Nacional em Cruz Alta, na tentativa de reaver documentos antigos sobre as terras do Tte. Cel. Bravo, bem como sobre possível herança via um "soldo", mas suas expectativas também foram frustradas, pois foram informados de que não havia registro algum sobre tal militar nos seus arquivos.

O que fica de fato na memória social do grupo é um certo ressentimento ou mágoa pelo fato de terem sido deserdados pela incúria de um fazendeiro e de seus filhos, que no passado foram tão poderosos na região, no Estado e no município de Soledade. Em que pese tal posicionamento, os indígenas atuais também reconhecem que lidando com tantas guerras, os mesmos nem tinham condições de se preocupar com filhos, netos, etc...

3. Por fim resta expor que os atuais indígenas descendentes dos índios da Borboleta não ficaram imunes aos preconceitos raciais, ao longo de sua trajetória rumo às cidades, em que pese terem como ancestral um militar de alto escalão, ao tempo do Império.

No discurso indígena aparecem várias passagens onde os estigmas decorrentes de sua cor, fisionomia e cultura aparecem. Algumas indígenas mencionaram que eram discriminadas nas escolas pois eram chamadas de "bugrinhas". No interior, enquanto viviam como agregados em fazendas também eram tratados como bugres, identificação pejorativa para indígenas em várias regiões brasileiras. Há também referências ao tratamento de bugres em decorrência de sua existência pauperizada, que os obrigava a viver em casas de barro batido, cobertas de capim sapé e a inclusive confeccionar balaios para a venda, com vistas à produção de renda. Estes indígenas, quando ainda viviam no meio rural, também eram proibidos de participarem de festas e bailes fechados, sob a alegação de que eram "de cor". Mas pelo que se conhece das relações sociais no campo gaúcho, é também provável que o fator econômico também tivesse um peso significativo em tais proibições e preconceitos, pois além de sem terra, estes indígenas eram sabidamente pobres e considerados como "ignorantes".

Uma tal experiência negativa em termos de preconceitos raciais/sociais não tem, no entanto, contribuído no sentido de uma negação da identidade étnica, como tem acontecido em muitas outras áreas (Cf. OLIVEIRA, 1964, cap.Vº). Muito pelo contrário e, o que certamente merece uma investigação apurada, os atuais descendentes dos índios da Borboleta sentem orgulho de sua ancestralidade indígena, falam sobre ela, buscam relembrar nomes e fatos ligados a seus ancestrais indígenas e, hoje, tentam se organizar com o objetivo de verem seu sonho de terem uma terra comum no Campo Comprido, transformado em realidade.

P.S.: Nara e Luiz Rudi Gesing forneceram seu carro particular, o que se constituiu como fundamental para a realização do trabalho de pesquisa.

P.S.: A realização da pesquisa de campo junto a parte da descendência dos índios da Borboleta, especialmente junto aqueles que vivem em Cruz Alta, foi feita com a participação de Rodrigo Venzon, da ANAÍ/RS. Venzon também passou indicações bibliográficas à autora e fez uma leitura crítica do texto, pelo que a autora agradece. Os equívocos e as falhas que o texto possa conter são, no entanto, de inteira responsabilidade da autora.

B I B L I O G R A F I A

FRANCO, Sérgio da Costa

1975. Soledade na História. Porto Alegre. Publ. da Prefeitura Municipal de Soledade, em homenagem ao 1º Centenário de Emancipação.

JACQUES, João Cezimbra

1912. Assuntos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de

1964. O Índio e o Mundo dos Brancos. São Paulo. DIFEL. 1ª edição.

PORTO, Aurélio

1954. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da

1909. As Missões Orientais e seus Antigos Domínios. Porto Alegre. ERUS Ed.. Pgs. 307 a 321. (Ed. Fac-simili em 1909 p/Cia. União de Seguros Gerais).

VENZON, Rodrigo

1987 (agosto). Informe Verbal. Porto Alegre.